

4

Iniciativas: marcos de idas e vindas

Criar não é imaginação, é correr o grande risco de se ter a realidade.
(Clarice Lispector)

4.1

O Departamento Nacional da Criança

A Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância foi criada em 1934, diretamente vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo Decreto do Governo Provisório nº 24.278, de 22 de maio, que, no mesmo ato, extinguiu a Inspetoria de Higiene Infantil da Saúde Pública. Seu primeiro diretor foi o professor Olinto de Oliveira.³²

No período que vai de 1937 até 1945, a sociedade brasileira viveu um momento em que o Estado era forte. Foi um período de ditadura – Estado Novo, de fechamento político e de opressão:

O surgimento de um Estado forte e autoritário acarretava uma maior preocupação com o atendimento da população infantil. Essa valorização da criança seria gradativamente acentuada após 1930, quando a “causa da criança” passaria a mobilizar o interesse de autoridades oficiais e a consolidar iniciativas particulares, num contexto de reforço ao patriotismo (Souza e Kramer, 1988).

³² Mário Olinto de Oliveira nasceu na cidade de Porto Alegre, em 19 de abril de 1898. Ele era filho do médico pediatra Olympio Olinto de Oliveira. Mário Olinto de Oliveira, como Luiz Torres Barbosa e Moncorvo Filho, aprendeu a ser médico, observando o dia-a-dia de seu pai. A referência profissional paterna seguramente influenciou sua opção pela pediatria. Mário Olinto iniciou seu curso de medicina na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, fundada por seu pai, concluindo-o na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1920. Como interno, atuou em assistência médica e pediátrica na Policlínica das Crianças, sob a direção do Professor Fernandes Figueira. Depois de formado continuou a trabalhar no mesmo local até 1926. Nesse mesmo ano, foi convidado pelo próprio Fernandes Figueira, então inspetor de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública, para chefiar a Enfermaria do Abrigo-Hospital Arthur Bernardes. Exerceu essa função por 17 anos ininterruptos. Em 1929, assumiu a direção do mesmo Hospital, seguindo determinação do Professor Clementino Fraga Filho – Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública. Mário Olinto permaneceu nessa função até 1947.

No Estado Novo (1937/1945), as políticas públicas para a criança assumiram uma centralidade na história do Brasil. Na década de 1940, constata-se o surgimento de instituições que expressavam as idéias da política pública para as crianças, nesse período, e que compunham o contexto no qual elas foram veiculadas.

Ainda em 1940, as atividades relativas à proteção da maternidade, da infância e da adolescência, anteriormente pertencentes ao Departamento Nacional de Saúde Pública, passaram a constituir o Departamento Nacional da Criança (DNCr), com a transformação da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância daquele Departamento, que havia centralizado o atendimento à infância brasileira durante quase 30 anos. Foi criado como um órgão do Ministério da Educação e Saúde encarregado de organizar, em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Tinha como função buscar, de modo sistemático e permanente, e criar para as mães e para as crianças condições favoráveis que, na medida necessária, permitissem àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, garantindo a este a satisfação de seus direitos essenciais, no que diz respeito ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem-estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida. Olineto de Oliveira, que havia criado o DNCr pelo Decreto-Lei nº 2.021, de 17 de fevereiro, ainda como diretor, procurou estabelecer normas nacionais para o atendimento ao binômio mãe-filho e também se empenhou em combater a mortalidade infantil. Outra ação por ele empreendida foi o planejamento de representações estaduais para esse departamento: os Departamentos Estaduais da Criança. Organizou ainda os “Cursos de Puericultura e Administração”, destinados à formação de puericultores nos serviços regionais. Os profissionais que concluíam o curso, ao retornarem aos estados de origem, assumiam coordenações ou chefias dos Postos de Puericultura. O curso era ministrado no Hospital Artur Bernardes, que fora remodelado e vinculado ao DNCr.

Como se vê, há uma linha de continuidade institucional e de alguns dirigentes no nível federal, o que Kuhlmann (2000) chama de “as contigüidades entre as instituições de educação infantil” (p. 14). A Inspetoria de Higiene Infantil criada em 1923 passou a ser a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, e, com a mudança do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde para Ministério

da Educação e Saúde, essa Diretoria trocou de nome, passando a se chamar Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. Olinto de Oliveira esteve sempre à frente dessas instituições (Kuhlmann Jr., 2000). Durante sua gestão no Abrigo-Hospital Arthur Bernardes, transformou-o no Instituto Nacional de Puericultura. Essa mudança institucional materializou seu desejo de construção de um centro de pesquisas voltado para os temas inerentes à maternidade e à infância. Foi nesse instituto que Mário Olinto passou a promover, a partir de 1940, as célebres Reuniões das 4ª Feiras, com a presença dos mais ilustres pediatras nacionais e estrangeiros. O saber acumulado em anos de gestão e estudos das questões atinentes à criança e ao seu desenvolvimento valeu-lhe a indicação, em 1945, pelo Ministro de Educação e Saúde, Professor Leitão da Cunha, para o cargo de Chefe de Pesquisa do Instituto Nacional de Puericultura. Sua relação de amizade e confiança com Getúlio Vargas não deve ser negligenciada nesta análise. Mário Olinto era médico particular da família presidencial.³³

Em 1941, foi processada nova reforma da Saúde Pública Federal, orientada por Barros Barreto.³⁴ A estrutura criada manteve suas linhas gerais estabelecidas àquela época durante vários anos, apesar das amputações sofridas em várias oportunidades. Nesse mesmo ano foi criado o Serviço de Assistência a Menores - SAM, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

³³ Ver site da Sociedade Brasileira de Pediatria: www.sbp.com.br.

³⁴ Em 1921, João de Barros Barreto assumiu a chefia do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Estado do Paraná, onde formulou uma política de educação sanitária contra as doenças sexualmente transmissíveis, contrapondo-se às políticas “regulamentaristas” para as prostitutas, adotadas por seu antecessor, Heráclides César Souza Araújo. Barros Barreto deixou o posto para estudar, como bolsista da Fundação Rockefeller, entre março de 1924 e fevereiro de 1925, na Escola de Higiene e Saúde Pública da Universidade Johns Hopkins. Mais tarde, foi diretor do Serviço Sanitário paulista, entre março e julho de 1931. Assumiu a direção do Departamento Nacional de Saúde, órgão máximo do Ministério de Educação e Saúde, entre 1935 e 1939 e 1941 e 1945. Durante esse período, organizou vários cursos para formação de profissionais no campo da saúde pública, em vários estados brasileiros. Informações coletadas em “Biography Files”, Rockefeller Archive Center, RAC, EUA.

Em 1942, o DNCR propôs uma instituição que reunisse várias outras – a Casa da Criança, que agrupava: a creche, a escola maternal, o jardim-de-infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e um abrigo para menores abandonados. Algumas cidades mantiveram suas Casas das Crianças por muito tempo, ainda que nem todas conseguissem manter os níveis diferenciados de assistência.

Nesse mesmo ano, o Governo Federal criou a Legião Brasileira de Assistência – LBA.³⁵ Esta tinha por objetivo promover todas as formas de serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas, principalmente a maternidade e a infância. Sua posição entre as obras assistenciais brasileiras foi consolidada, suplementando a previdência social nos casos em que esta não os cobria, e atuava em casos de emergência como enchentes, incêndios, etc. Durante a sua atuação passou por reforma, voltando seu atendimento exclusivamente à maternidade e à infância através da família, passando a constituir-se um órgão de consulta do Estado (Kramer, 1992). Nessa época, surgiram os centros de proteção à criança e à mãe, muitos sendo operacionalizados pela própria LBA (creches, postos de puericultura, comissões municipais, hospitais infantis e maternidades) e outros com recursos das comunidades, contando com o apoio técnico e financeiro da Legião e outros recursos da comunidade. A política social desenvolvida pelo Estado nos anos de 1940 pode ser entendida como sendo de caráter assistencial.

A criação do primeiro Conselho de Saúde, considerado por William Welch³⁶ o marco inicial da Saúde Pública moderna, se dá em 1948. Para ele “a saúde do povo era integralmente reconhecida como importante função administrativa de governo. Quanto melhores as condições de saúde da população, tanto maiores serão as possibilidades econômicas de um país”.

Através da Lei nº 282, de 24 de maio de 1948, o Departamento Nacional da Criança – (DNCR) é reorganizado tendo como objetivo a defesa e a proteção da criança, cabendo-lhe para isso promover: I - o estímulo de todas as atividades nacionais relativas à maternidade, à infância e à adolescência; II - a coordenação e

³⁵ A LBA foi criada sob a inspiração de D. Darcy Vargas e com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Federação Nacional das Indústrias. A partir de 1974, é vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

³⁶ William Welch, patologista.

assistência técnica, no país, de todas as instituições públicas e particulares que se destinam ao exercício de quaisquer atividades concernentes aos problemas da maternidade, infância e adolescência; III - o estudo dos critérios a serem adotados na concessão de auxílios, contribuições ou subvenções federais, para o êxito dessas atividades, e no controle da aplicação de quaisquer recursos para esse fim concedidos pela União ou decorrentes de leis federais; IV - a realização, em combinação com órgãos técnicos apropriados, de inquéritos e estudos sobre o problema social da maternidade, da infância e da adolescência; V - a organização de cursos de aperfeiçoamento e a divulgação de conhecimentos referentes à proteção da maternidade, da infância ou da adolescência; VI - a fiscalização, no país, das atividades particulares que tenham por objeto a proteção da maternidade, da infância ou da adolescência. Mediante acordo entre a União e qualquer dos Estados, poderá o Departamento Nacional da Criança orientar e fiscalizar os órgãos locais de proteção à maternidade, à infância e à adolescência, ou executar diretamente no Estado os serviços que visem a esse fim.

O programa assistencialista do DNCr foi operacionalizado através da criação, principalmente, dos Postos de Puericultura, onde todas as mães receberiam orientação médica desde o início da gravidez, seguindo-se o acompanhamento da criança até a fase escolar, quando entraria em cena a Casa da Criança, que correspondia a um tipo de escola com orientação médica. Tais estabelecimentos seriam supostamente construídos e mantidos por iniciativa local. Caberia ao Departamento apenas dar a orientação técnica e, eventualmente, algum subsídio em dinheiro. Para Pereira:

O programa, portanto, dependia da boa vontade de certas figuras sociais que podem ser divididas em três categorias: a) os profissionais: médicos e professoras; b) as autoridades públicas: prefeitos e juizes; c) a “elite moral”: os ricos e “especialmente as brasileiras”. Outros grupos, como o clero católico, as assistentes sociais, os dentistas etc. eram lembrados, mas sem tanta insistência como os anteriores. Quanto aos últimos, tal esquecimento se deve ao fato de serem “técnicos”, que ainda precisavam ser formados e não possuíam grande tradição no campo assistencialista. O clero, por sua vez, era de incorporação mais difícil. Das figuras sociais em destaque sempre se esperava iniciativa, independência e disposição para aceitar as diretrizes vindas da sede do DNCr. O mesmo não se poderia esperar da Igreja. Segue-se um detalhamento da imagem construída para os diferentes atores (Pereira, 1992).

No período que compreende os anos de 1945 até 1964, a sociedade brasileira viveu no Pós-guerra um período democrático – Constituinte de 1946 – e de crescimento da indústria nacional. Em relação à Educação Infantil, é um período de crescimento das escolas maternas e dos jardins-de-infância, principalmente nas grandes cidades – capitais dos estados –, mantidos pela iniciativa privada e também por algumas ações do Estado, ajudando as entidades filantrópicas e assistenciais:

Durante os anos 40/50, desenvolvem-se os trabalhos cuja tônica é a assistência social, sob a orientação do UNICEF. São trabalhos de cunho emergencial que se concretizam, inicialmente, através de campanhas de distribuição de leite em pó. Posteriormente, evoluem para outras formas de assistência, apoiando programas de saúde, nutrição e bem-estar social (Souza e Kramer, 1988).

Na década de 1950 havia uma forte tendência médico-higienista do Departamento Nacional da Criança, desenvolvendo vários programas e campanhas visando o

... combate à desnutrição, vacinação e diversos estudos e pesquisas de cunho médico realizadas no Instituto Fernandes Figueira. Era também fornecido auxílio técnico para a criação, ampliação ou reformas de obras de proteção materno-infantil do país, basicamente hospitais e maternidades (Kramer, 1982, p. 65).

Estimulado pelo *desenvolvimentismo* durante os anos 1950, o interesse pelo processo de modernização do país contribuiu para problematizar o fenômeno educacional e atribuir-lhe grande importância no processo de transformação social (Martins, 1992).

Em 1952, o DNCR desenvolveu ações de educação sanitária que incluíam cursos populares e exposições, além dos Clubes de Mães, criados a fim de valorizar o trabalho da mulher no lar e seu papel na educação dos filhos (Kramer, 1982).

Em 1953 foi criado o Ministério da Saúde, regulamentado pelo Decreto nº 34.596, em 16 de novembro. Registrou-se, também, em 1953, o início do funcionamento da OMEP – Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar no Brasil, criada em Praga, em 1948, como organização não governamental.

Desde 1940, o Departamento Nacional da Criança foi, se não o mais

importante, o maior proponente de uma política de assistência à maternidade e à infância no Brasil. E nessa política, como afirma Vieira (1988), a creche é vista como um mal, porém indispensável, na luta contra a mortalidade infantil. A creche era defendida como elemento da puericultura social, no combate ao comércio das criadeiras. No final da década de 1960, o rigor higiênico exigido para seu funcionamento vai pouco a pouco cedendo lugar a propostas de simplificação do atendimento, com a utilização dos espaços ociosos e pessoal voluntário, na perspectiva do desenvolvimento da comunidade.

Em 1965 o DNCR registrou a existência de 3.320 jardins-de-infância no Brasil, sendo 1.535 públicos e 1.785 particulares. Esses atendiam cerca de 199.200 crianças de 5 e 6 anos, de uma população estimada em 12.175.294 crianças de 2 a 6 anos. Diante dessa realidade, em 1967, o DNCR publicou um Plano de Assistência ao Pré-escolar, na contramão das idéias apresentadas por Heloísa Marinho que, em 1966, em seu livro *Vida e Educação no Jardim de Infância*, apresenta argumentos sobre a necessidade da expansão da Educação Infantil com critérios de qualidade, imprescindíveis para o desenvolvimento integral e harmonioso da criança. O Plano do DNCR propôs um programa de emergência, visando à crescente necessidade de ampliação da Educação Infantil, de baixo custo.

Essa disposição aprofunda a perspectiva apontada desde a criação do jardim de infância republicano, de que este teria a vocação de se incorporar ao sistema de educação primária. Refletia o lento movimento de expansão, que estreitava os vínculos entre o sistema educacional e as instituições de educação infantil que se subordinavam a órgãos assistenciais, de previdência ou de saúde, como a LBA e o DNCR (Kuhlmann, 2000).

Foi também em 1965 que Nazira Feres Abi-sáber publicou a segunda edição do livro *O que é o jardim de infância*, editado pelo PABAAE – Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – Belo Horizonte – MG conjuntamente com o INEP – Ministério da Educação e Cultura Rio de Janeiro – GB. Recorrendo a fontes bibliográficas predominantemente norte-americanas, Abi-sáber abordou em seu livro problemas básicos que alicerçam o trabalho da professora no jardim-de-infância. O alemão Froebel, pai do jardim-de-infância, sequer integrou a bibliografia do livro.

4.2

Caravana de mulheres

Conforme registrado no Diário do Congresso Nacional, no dia 31 de março de 1953, esgotada a matéria constante da ordem do dia, teve a palavra o Senador Mozart Lago,³⁷ que fez um pronunciamento, da tribuna, relatando a audiência que teve com o Presidente da República, no dia anterior. Desta participou uma caravana por ele levada, de mães funcionárias, componentes de quadros de todos os ministérios e autarquias sediados na Capital Federal, para tratarem da instituição de creches e berçários em todas as repartições públicas.

Narrando o que havia acontecido, o Senador afirmou que Getúlio Vargas “ponderou muito bem que, no seu governo, tem tomado na maior consideração iniciativas que visem a facilitar o ingresso da mulher brasileira nas diversas atividades públicas nacionais” (Diário do Congresso Nacional de 31/03/1953, p. 2.322). Lembrou também que o Presidente da República observou que “embora sabendo ser o trabalho daquelas senhoras o mais eficiente, se comprazia em assinalar a louvável preocupação que revela a funcionária brasileira de continuar sendo mãe de família e de zelar pela saúde e educação dos filhos” (idem). E dando continuidade ao seu relato, o Senador contou que, após receber as mencionadas mães funcionárias, Vargas prometeu recomendar a todos os ministros e presidentes de autarquias que ativassem a instalação de creches e berçários.

Mozart Lago falou ao plenário que havia levado na caravana uma assistente social do Instituto dos Comerciantes, onde já existia em pleno funcionamento esse serviço (berçário e creche), para mostrar, de viva voz, o êxito da iniciativa daquela autarquia. A funcionária disse ao Presidente que, com a instalação da creche, o rendimento das mães funcionárias do Instituto havia aumentado e, com o intuito de dar exemplo às outras repartições, mostrou também o pouquíssimo custo que tal benefício representava para aquela repartição. Comentando a questão da instalação de creches e berçários, o Senador assim se pronunciou:

³⁷ O senador Mozart Brasileiro Pereira do Lago nasceu em 17/10/1889, no município de Nova Friburgo – RJ, e faleceu em 3/4/1974. Jornalista e professor, exerceu os seguintes mandatos no legislativo: dois como Deputado Federal de 1930 a 1933 e de 1934 a 1935 e um como Senador da República de 1951 a 1955.

Para tanto, não há necessidade de novos créditos especiais, nem é preciso quadro de funcionários extraordinários; tudo se pode fazer, como ficou comprovado, pela instalação no Instituto dos Comerciários, com a prata da casa, como se costuma dizer. É questão apenas de boa vontade. Os comerciários, a princípio, haviam planejado a organização dentro de 900 mil cruzeiros. No entanto com a boa vontade do presidente da autarquia, dos engenheiros, dos médicos, dos assistentes sociais e das enfermeiras, a despesa ficou reduzida a menos de 200 mil cruzeiros (Diário do Congresso Nacional de 31 de março de 1953, p. 2.322).

O parlamentar terminou sua fala afirmando: “Foi o exemplo que levei ao Senhor Presidente da República, de quem ouvi que mandará ativar a instalação de creches e berçários em todos os centros de atividades onde haja grande número de funcionárias” (idem).

O que uma caravana de mulheres, mães funcionárias públicas, ao gabinete do presidente Getúlio Vargas pode nos fazer refletir sobre a Educação Infantil nos anos de 1950?

As mulheres mães estão no mundo do trabalho e demandam por creches e berçários nas instituições; no caso, nas repartições públicas federais. Na ocasião (1953), havia 20 anos que o primeiro Conselho do Trabalho havia regulamentado o trabalho feminino no Brasil, prevendo creches e salas de amamentação próximas ao ambiente de trabalho das mulheres. O ato reivindicatório, da forma como o senador Mozart Lago narra, não deixa transparecer o conhecimento das leis nem por parte do legislador, nem pelas mulheres e nem sequer, igualmente, pelo Presidente da República.

A legislação federal sobre a infância e a maternidade no Brasil tem história, faz história e é história. A temática estava posta na legislação brasileira desde a tentativa frustrada de José Bonifácio,³⁸ na Constituinte de 1819, que propunha direitos para a escrava gestante, o favorecimento da amamentação do

³⁸ Teve papel fundamental na preparação e consolidação da [Independência](#) do Brasil. Era paulista, nascido em Santos, no dia 13 de junho de 1763. Sua família era uma das mais ricas e importantes da cidade. Aos 21 anos, partiu para estudar na Universidade de Coimbra, onde se especializou em Mineralogia. Já em 1822, quando ocupava o cargo de ministro de D. Pedro I, era chamado por seus partidários de "Pai da Pátria", "Timoneiro da Independência", "o Patriarca". Em vários jornais e publicações da época, era reconhecido como um dos primeiros a protestar contra a política recolonizadora das Cortes, além de ser um dos líderes da campanha pela permanência do príncipe no [Brasil](#).

recém-nascido e o respeito ao binômio mãe-filho; passando pelo Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923, que reorganizou e regulamentou o Serviço de Saúde Pública e que também interditava o trabalho das mulheres no último mês de gravidez, estabelecia a instalação de salas de aleitamento como obrigação das empresas, regulamentava o funcionamento das creches, a organização do serviço de amas-de-leite e a proibição das “rodas de enjeitados”; até o Decreto nº 21.417 a, de 17 de maio de 1932, que regulava as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, determinava a proibição do trabalho das mulheres grávidas durante um período de quatro semanas, antes do parto e quatro semanas depois, nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares (art. 7º) e que, nos estabelecimentos que trabalhassem mais de 30 mulheres, com mais de 16 anos de idade, deveria haver “local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos em período de amamentação” (art. 12º).

Parece que naquela hora, diante daquelas mulheres, Vargas não reconhecia essa história de regulamentações de direitos das mulheres trabalhadoras, da qual ele e seu governo, nos anos de 1930, foram protagonistas. Embora tenha afirmado haver tomado, na sua gestão, “na maior consideração, iniciativas que visem a facilitar o ingresso da mulher brasileira nas diversas atividades públicas nacionais”, não deixou de revelar sua visão sobre a mulher funcionária brasileira: essa deve continuar sendo mãe de família e de zelar pela saúde e educação dos filhos, carregando nos ombros femininos, no mínimo, uma *dupla jornada* e trazendo à tona a visão de que a educação da criança pequena é fundamentalmente de responsabilidade da mãe, sendo, portanto uma questão mais do âmbito privado do que do público.

Havia uma tensão entre a forma como o presidente Getúlio Vargas se posicionou diante da caravana de mulheres, funcionárias públicas federais, e o seu discurso no final da década de 1930. No Natal de 1939, Vargas, em discurso à nação, afirmava:

enquanto as mães ganham o pão nas fábricas e oficinas, os filhos pequeninos estejam nas creches, recebendo, com os cuidados higiênicos necessários, alimentação sadia e adequada, e os mais crescidos estudem nos jardins de infância e escolas próprias da idade.

Essa fala de 1939, como tudo indica, estava direcionada a trabalhadores e empresários da iniciativa privada. Como chefe do governo, o posicionamento de Vargas não passou de uma resposta que permitisse que aquelas mulheres e o Senador da República não saíssem dali sem alguma esperança. Ficou de mandar “ativar a instalação de creches e berçários em todos os centros de atividades onde haja grande número de funcionárias”.

A forma como transcorreu a audiência pode nos fazer crer que o atendimento às crianças, filhas de trabalhadoras públicas no governo federal, dependia exclusivamente da vontade dos dirigentes públicos em instalarem berçários e creches em suas repartições, uma vez que “não há necessidade de novos créditos especiais nem é preciso quadro de funcionários extraordinários; tudo se pode fazer...”.

Fica a questão que está subjacente aos avanços e retrocessos do atendimento à criança pequena no Brasil – a creche como um mal necessário. Fortes foram, naquela época, as argumentações que concebiam a maternidade como algo natural e insubstituível para a criança. Argumentos estes que se potencializavam com a idéia de que o Estado só deveria entrar em cena na total incapacidade de a mãe atuar junto à criança. Mesmo diante de mulheres trabalhadoras, que passam mais de um terço do seu dia empenhadas em suas atividades laborais fora de casa, como pode ser visto, reaparecem posicionamentos antigos em relação ao cuidado/educação da criança nos seus primeiros anos de vida.

4.3

A sutileza de Gesteira

Da mesma maneira que havia acontecido na Europa nos anos setecentos, oitocentos e novecentos, a filantropia no Brasil também se dedicou a atender crianças pequenas, sejam elas enjeitadas ou desvalidas:

A piedade e a filantropia particular souberam engenhar modalidades as mais diversas de amparar as gestantes e parturientes pobres, protegendo e defendendo ao mesmo tempo os recém-nascidos, em todas as nações cultas do mundo (Gesteira, 1945, p. 579).

O professor Martagão Gesteira faz essa afirmação em um capítulo do seu livro *Puericultura (Higiene alimentar e social da criança)*, intitulado “Assistência social, amparo econômico e moral a mãe e a criança”. Ressalta, desde o início, no referido livro, que não se cogitará obras de amparo às crianças sem mãe, asilos de expostos, colocação familiar etc.

A bibliografia sobre a assistência à criança no Brasil evidencia que a iniciativa privada filantropicamente se voltou à infância pobre desde o Império. A omissão do Estado brasileiro em relação à questão da maternidade e da infância pode ser constatada pela sutileza que Gesteira (1945) utiliza ao relatar o que encontrou em viagens que realizou à Europa, mais notadamente na Holanda, na Itália, na Alemanha, na Áustria e na Inglaterra, e também aos Estados Unidos e vários países sul-americanos, como Argentina, Uruguai e Chile, em 1929,³⁹ com o objetivo de estudar instituições que atendiam mães e crianças. Ele expressa seu maravilhamento com o que encontrou: a existência de um “desenvolvimento estrondoso de tais instituições criadas e entretidas pela iniciativa privada, mas quase sempre orientadas, coordenadas e amparadas pelo poder público” (idem, p. 579).

Mais adiante, no mesmo capítulo, com um discurso propositivo, Gesteira conforta-se ao reconhecer que, no Brasil, ele pode proclamar que “... dadas a sentimentalidade própria da nossa gente e a grandeza de coração da mulher brasileira – não fica atrás das outras nações Sul Americanas nesse afã de resguardar e amparar os seus pequeninos” (idem, p. 580). Lamenta, no entanto, a falta de coordenação dessas iniciativas brasileiras, no sentido de orientar-lhes as atividades, evitando a dispersão dos esforços, e propõe que o Departamento Nacional da Criança exerça essa função.

³⁹ Martagão Gesteira, em missão especial que fora a ele confiada pelo Governo da Bahia, visitou esses países em 1929. Seu objetivo era estudar as diversas modalidades de instituições de amparo à gestante e à criança.

4.4

Como se vê e como se diz, o Estado se faz de morto

A criação do Departamento da Criança no Brasil, em 1919, é a expressão da necessidade da institucionalização de iniciativas particulares, em geral ligadas aos médicos que, mesmo inspirados numa medicina social – Oswaldo Cruz havia criado a Diretoria Geral de Saúde Pública no Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 1904; em 1920, Carlos Chagas reorganiza os serviços públicos de saúde –, não encontram amparo do poder público.

Havia, sem dúvida, uma insatisfação com a realidade da atenção dada às crianças. O médico Dr. Moncorvo Filho, filho do médico Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, pode ser considerado como porta-voz desta posição crítica às instituições de amparo à infância existentes na cidade do Rio de Janeiro. Para esse grupo de médicos, as crianças viviam sem o menor preceito de higiene, atrofiadas pela falta de ar e de luz suficientes e pessimamente alimentadas, contrariando os princípios científicos e sociais que deveriam nortear as instituições de atendimento à infância.

Moncorvo Filho, como defensor da assistência médico-social à criança brasileira pobre, iniciou uma intensa propaganda a favor da higiene infantil e de uma “verdadeira” Puericultura. Criou, em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, do Rio de Janeiro. Este funcionou, logo no início da sua história, na sua residência, mesmo local em que seu pai criara, em 1881, a Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Dois anos depois, o Instituto foi instalado em prédio alugado, à Rua Visconde do Rio Branco, 22. Em 1914, o então presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, doou um terreno onde foi construída a sede própria do Instituto, na antiga Rua do Areal, hoje Rua Moncorvo Filho.

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro foi uma instituição filantrópica, reconhecida como de utilidade pública em 1909. Nela, a assistência médico-social à infância se fez valer dos princípios do seu fundador em relação ao desenvolvimento saudável da criança. Aos poucos passou a ser um pólo irradiador de idéias, denúncias, projetos, influenciando o campo da proteção à infância. Em vinte anos, foram instalados 17 institutos similares, espalhados por outros estados brasileiros.

Com seus próprios recursos financeiros, Moncorvo Filho fundou o

Departamento da Criança do Brasil, no início de 1919, instalando-o no mesmo prédio do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. A partir de 1922, o Departamento realizou os “Congressos brasileiros de proteção à infância”. Outra atividade proposta no programa do Departamento da Criança do Brasil era a organização do Museu da Infância que, a exemplo de inúmeras outras iniciativas suas, não recebeu apoio da iniciativa pública. Como se vê, nessa época, o Estado *se faz de morto*, como se diz popularmente.

4.5

Estado brasileiro aparece para a criança: dois Institutos com a mesma sigla (INP), no mesmo Ministério

Sem fazer do Movimento de 1930 uma sombra, a ponto de tornar opacas as análises dos aspectos diretamente relacionados às políticas públicas voltadas para a infância no Brasil que nos interessam, deve-se considerar que são as mudanças decorrentes de uma nova estrutura econômica, política, social e cultural e, conseqüentemente, o novo desenho que passa a configurar o Estado brasileiro o contexto onde surge a ação do poder público junto aos problemas da proteção, da educação e da saúde da infância, preocupado com sua atuação política em âmbito nacional.

A década de 1930 representou um marco na política social brasileira. Independentemente das diferentes razões que teriam levado a política de Getúlio Vargas a interferir na problemática social, sem, dúvida, podem ser verificados grandes avanços em termos de legislação social no Brasil nessa época.

A promoção do bem-estar, a saúde, o desenvolvimento e a educação da criança, na condição de construir uma nação composta de “cidadãos fortes e capazes”, integram as ações de um Programa de Reconstrução Nacional, onde a educação escolar, a saúde e a cultura apareciam como prioridades políticas e ideológicas. A questão que se coloca é: qual o ponto de partida da execução desse Programa? Com essa intenção, Getúlio Vargas criou, pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde, um dos primeiros atos do Governo Provisório após a posse em 3 de novembro.

Os três primeiros ministros do Ministério da Educação e Saúde foram

mineiros. O primeiro foi Francisco Campos.⁴⁰ Em 16 de setembro de 1932, outro mineiro assumiu o ministério: Washington Pires. Em 25 de julho de 1934, este seria substituído por Gustavo Capanema, igualmente representante de Minas Gerais, que fez uma longa gestão na pasta até 1945.

É no início da gestão de Gustavo Capanema, em 1934, que como se afirmou antes, que foi criada a Divisão de Proteção à Maternidade e à Infância, diretamente ligada ao Ministério da Educação e Saúde Pública, extinguindo-se assim a antiga Inspetoria de Higiene Infantil (Decreto nº 24.278, de 22 de maio de 1934).

“O grande fantasma a ser exorcizado” (Souza, 2000, p. 222) foi a mortalidade infantil. Para concretizar o projeto nacionalista, o poder público, com a cooperação da iniciativa particular, passou a assumir como sua meta social a tarefa de zelar pela saúde e pelo desenvolvimento físico e mental das gerações futuras.

Mas o que ficou de emblemático para a história da Educação Infantil foi o ordenamento legal, aprovado entre 1937 e 1940. O Ministério da Educação e Saúde Pública se reorganizou, criando o Instituto Nacional de Pedagogia e o Instituto Nacional de Puericultura; e, mais à frente, em 1940, foi criado o DNCr, como já se disse anteriormente, desta feita como órgão público. Embora a criação desses órgãos possa representar algo de novo na propositura do Estado em relação às políticas públicas para a infância no Brasil, percebe-se certa continuidade na história das políticas tanto no que diz respeito às suas diretrizes como na

⁴⁰ Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dolores do Indaiá (MG), em 1891. Advogado e jurista, formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais, na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Dois anos depois, chegou à Câmara Federal, reelegendo-se em 1924. Nessa época já defendia as posições antiliberais que o projetariam anos mais tarde e manifestou-se firmemente contra a atuação da jovem oficialidade militar, os "tenentes", que combatiam o governo federal pelas armas. Em 1930, participou das articulações que levaram ao movimento armado de outubro daquele ano, que pôs fim à República Velha. Com a posse do novo regime, assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, credenciado por sua atuação à frente dos assuntos educacionais de Minas. Promoveu, então, a reforma do ensino secundário e universitário no país. Deixou o ministério em setembro de 1932. No ano seguinte, disputou sem sucesso, como candidato avulso, uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte por Minas Gerais. Transferiu-se em seguida para o Rio de Janeiro, sendo nomeado consultor-geral da República, em novembro de 1933.

Ver www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_franciscocampos.htm.

permanência de determinados dirigentes públicos que permaneceram no poder desses órgãos.

No contexto inicial do Estado Novo, através de uma única lei, juntamente com o Ministro da Educação e Saúde Pública – Gustavo Capanema e o Ministro da Fazenda – Arthur de Souza Costa, Vargas assinou, em 13 de janeiro de 1937, a Lei nº 378, que dava nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde, sendo estruturado em dois órgãos de administração especial: o Departamento Nacional de Educação e o Departamento Nacional de Saúde, que têm as seguintes divisões a eles subordinados:

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
Divisão de Ensino Primário
Divisão de Ensino Industrial
Divisão de Ensino Comercial
Divisão de Ensino Doméstico
Divisão de Ensino Secundário
Divisão de Educação Extra Escolar
Divisão de Educação Physica

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE
Divisão de Saúde Pública
Divisão de Assistência Hospitalar
Divisão de Assistência Psychopatas
Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância

A referida lei, no Capítulo III, que tratava dos órgãos de execução do Ministério, criou, no art. 39, o Instituto Nacional de Pedagogia – destinado a realizar pesquisas sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos – e, no art. 54, o Instituto Nacional de Puericultura – destinado a realizar estudos, inquéritos e pesquisas sobre problemas relativos à maternidade e à saúde da criança. O art. 60 da mesma lei criou, ainda, o serviço de Puericultura do Distrito Federal para atender às necessidades relativas ao amparo à maternidade e à saúde da criança.

Em 1940, através do Decreto-lei nº 2.024, de 17 de fevereiro, foram fixadas as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país, sendo criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr) como órgão do Ministério da Educação e Saúde e diretamente subordinado ao Ministro de Estado (art. 4º), extinguindo a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância do Departamento Nacional de Saúde (art. 22). O DNCr tinha o objetivo de normatizar nacionalmente o atendimento ao binômio mãe-filho e combater a mortalidade infantil. Olinto de Oliveira, seu primeiro diretor, projetou para o Departamento representações nos diversos estados da federação: os Departamentos Estaduais da Criança. Planejou e organizou os “Cursos de Puericultura e Administração”, destinados à formação de puericultores nos serviços regionais. Os profissionais que concluíam o curso, ao retornarem aos estados de origem, assumiam coordenações ou chefias dos Postos de Puericultura. Esse curso era ministrado no Hospital Artur Bernardes, atual Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz. Nessa mesma época, Olinto de Oliveira remodelou esse Hospital, vinculando-o ao próprio DNCr.

“Será o Departamento Nacional da Criança o supremo órgão de coordenação de todas as atividades nacionais relativas à maternidade, à infância e à adolescência” (art. 5º, do Decreto 2.024). De 1940 a 1953, o DNCr foi órgão integrante do Ministério da Educação e Saúde. Em 1953, com a criação do Ministério da Saúde, passou para este novo Ministério.

Em sua trajetória, o DNCr configurou-se de diferentes maneiras para atingir seus objetivos. Em 1940 funcionava com a seguinte estrutura:

- Divisão de Cooperação Federal (DCF)
- Divisão de Proteção Social da Infância (DPSI)
- Cursos do DNCr (CDNCr)
- Instituto Fernandes Filgueiras (IFF)
- Serviço de Administração (AS)

Em 1941, o DNCr passou a incorporar na sua estrutura o Instituto Nacional de Puericultura, o Hospital Artur Bernardes e o Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil (Decreto-lei nº 3.775, de 30 de outubro de 1941). Nessa ocasião, pelo mesmo Decreto, ficou legalmente instituída a Conferência Nacional de Proteção da Infância, a ser realizada periodicamente por convocação do Presidente da República (art. 10).

Em 24 de maio de 1948, pela Lei nº 282, o DNCr passou a possuir a seguinte estrutura:

I - Divisão de Organização e Cooperação (DOC), que compreende:

- a) Seção de Higiene da Maternidade e da Infância (SHMI);
- b) Seção de Auxílio e Fiscalização (SAF);

II – Divisão de Proteção Social (DPS), que compreende:

- a) Seção de Orientação Social (SOS)
- b) Seção de Auxílio às Obras Sociais (SAOS)

III – Instituto Fernandes Figueiras (IFF);

IV – Cursos do Departamento Nacional Criança (CDNCr);

V – Serviço de Educação e Divulgação (SED);

VI – Serviço de Estatística (SE);

VII – Delegacias Federais da Criança (DFCr);

VIII - Serviço de Administração, que compreende:

- a) Seção de Pessoa (SP);
- b) Seção de Material (AM);
- c) Seção de Orçamento (SO);
- d) Seção de Comunicações (SC);
- e) Biblioteca (B);
- f) Portaria (P).

Desde sua criação, o DNCR previa uma rede de atuação em todo o país, para a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Aos estados cabia a organização, em seu território, com recursos próprios e com o auxílio federal, de um sistema de serviços destinados à realização das diferentes modalidades de proteção junto a crianças, adolescentes e suas mães. Da mesma forma aos municípios, com os recursos de que podiam dispor, cabia a organização dos serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Aqui cabe repetir o que já afirmei no capítulo anterior: o Departamento Nacional da Criança foi, se não o mais importante, o mais propositivo de uma política de assistência à maternidade e à infância no Brasil.

Atuando em rede, o DNCR funcionava nos anos de 1950 com seis Delegacias Federais da Criança, com sede nas seguintes capitais: 1ª Região – Belém, 2ª Região – Fortaleza, 3ª Região – Recife, 4ª Região – Salvador, 5ª Região – São Paulo, 6ª Região – Porto Alegre.

Entre as ações desenvolvidas pelo DNCR merecem destaque suas publicações; em especial, as que integram a denominada *Coleção do DNCR*, que são usadas nesta pesquisa como fontes primárias para uma compreensão do que foi proposto como política pública para as crianças no Brasil nos anos de 1950/1960. Mais especificamente, os números⁴¹:

- 143 - *Livro das mães*, de 1962, 6ª edição;
- 147- *Escolas maternais e Jardins de Infância*, de 1954;
- 150 – *Objetivo e Prática da Colocação Familiar*, de 1956;
- 151- *Creches*, de 1956;
- 161 - *Clubes de Mães da Campanha Educativa*, de 1960.

⁴¹ Vale observar que, na pesquisa que fiz na biblioteca do Ministério da Saúde, em Brasília, em 2007, não encontrei grande parte dos livros da Coleção do DNCR. Como os números encontrados são todos centesimais (143; 150; 151 e 161), suponho que nessa coleção integravam-se inúmeras outras publicações. “O livro é um instrumento e, portanto se gasta, como todo instrumento” (Azevedo 1945, p. 17) que se usa. Esses livros possivelmente foram gastos; suponho que ou pelo tempo ou pelo uso, ou simplesmente foram extraviados como, aliás, se pode conjecturar, uma vez que a referida biblioteca se transferiu do Rio de Janeiro para Brasília, certamente no início dos anos 1960.

Vale observar que, na pesquisa que fiz na biblioteca do Ministério da Saúde, em Brasília, em 2007, não encontrei grande parte dos livros da *Coleção do DNCr*. Como os números encontrados são centenas (143; 150; 151 e 161), suponho que nessa coleção integravam-se inúmeras outras publicações. “O livro é um instrumento e, portanto se gasta, como todo instrumento” (Azevedo 1945, p. 17) que se usa. Esses livros possivelmente foram gastos; suponho que ou pelo tempo ou pelo uso, ou simplesmente foram extraviados como, aliás, se pode conjecturar, uma vez que a referida biblioteca se transferiu do Rio de Janeiro para Brasília, no início dos anos 1960.

Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, foram realizadas modificações nos vários segmentos do ensino – a Reforma Capanema – que receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, sendo compostas pelos seguintes Decretos-lei, durante o Estado Novo:

- O Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.
- O Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro, regulamentou o ensino industrial.
- O Decreto-lei 4.244, de 9 de abril, regulamentou o ensino secundário.
- O Decreto-lei 4.481, de 16 de julho, dispôs sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI.
- O Decreto-lei 4.436, de 7 de novembro, ampliou o âmbito do SENAI, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca.
- O Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro, compeliu as empresas oficiais com mais de cem empregados a manterem, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes.

Nesse período, o ensino ficou estruturado da seguinte forma: cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico (Piletti, 1996, p. 90).

A Reforma Capanema, através do Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, regulamentou o ensino comercial. Ressalte-se aqui, no entanto, que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC só foi criado em 1946,

após, portanto, o Período do Estado Novo, época em que através do Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro 1946, foi aprovada também a Lei Orgânica do Ensino Normal.

Em 1944, começou a ser publicada a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, órgão de divulgação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP.

Constato que a conhecida Reforma Capanema, através de suas Leis Orgânicas, não contemplou a Educação Infantil (creches, escolas maternas, jardins-de-infância), que já existia nas redes escolares públicas e privadas, mesmo que timidamente. Nem mesmo na Lei que trata especificamente da formação de professores, a Lei Orgânica do Ensino Normal, é mencionada a formação de professores, recreadoras ou quaisquer outros profissionais para atuarem com as crianças pequenas.

4.6 Campanha Educativa

Assim denominava-se o programa de educação do Departamento Nacional da Criança do Ministério da Saúde, que fora operacionalizado pela Divisão de Proteção Social. Este estabelecia um conjunto de ações, através de Clubes de Mães e paralelamente a outros programas do Ministério, entre eles o Programa Alimentar. Este distribuía leite para as mães/filhos, mas não desenvolvia uma ação educativa junto àquelas que eram beneficiadas. O que para muitos técnicos do DNCR teria um efeito limitado, se essas mães não fossem orientadas a utilizarem, de modo adequado, a alimentação recebida e a cercarem os filhos dos cuidados necessários (Lima Junior, 1962, p. 17)⁴².

Essa idéia de complementaridade era a opinião de Getúlio Lima Junior, diretor geral do DNCR, no governo João Goulart, expressa no relatório de 1961-1962, a qual mostra que a Campanha Educativa do Departamento se justificava a

⁴² Já em 1943 na primeira edição do seu livro: “Puericultura (Higiene alimentar e social da criança)”, o professor Martagão Gesteira dedicou um capítulo com o título A luta contra a ignorância. Campanha Educativa. A tônica era a difusão em larga escala das noções de puericultura, na educação das mães e futuras mães para ajuda-las a criar bem os filhos .

partir de diferentes pontos de vista. Muito embora o pensamento de que o baixo nível sócio-econômico das mães exigia que fossem desenvolvidas outras ações de saúde e puericultura, concomitantemente, com as ações educativas, com o intuito de lhes proporcionar melhoria nas suas condições de vida (uma tônica nas políticas do setor desde os anos de 1940), verifica-se nos documentos que para alguns técnicos, dirigentes do Ministério da Educação e Saúde, a Campanha Educativa era uma ação complementar a outras ações e que, para outros, os diferentes programas do DNCR é que seriam um complemento, o que, nesse caso, dava uma certa centralidade à Campanha Educativa.

Nos anos 1950/1960 o termo Campanha foi largamente utilizado pelos órgãos públicos do governo federal ao elaborarem programas e projetos na área de educação e saúde.⁴³ A Campanha Educativa do DNCR, iniciada em 1951, foi parte integrante de um programa desse órgão, através de sua Divisão de Proteção Social e Delegacias Regionais com a colaboração do FISI.⁴⁴

A supervisão da Campanha Educativa cabia à Divisão de Proteção Social e sua direção, às Delegacias Federais da Criança. Nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, a sua administração estava sob a responsabilidade dos executores DNCR – FISI. As Delegacias tinham uma Coordenadora Regional e a Divisão de Proteção Social, uma Supervisora Geral. Em cada Estado existia uma

⁴³ No caso específico da educação, ver INEP (www.inep.gov.br): CILEME (Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar) e CALDEME (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino) 1953; Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino secundário 1953; Campanha Nacional de Merenda escolar 1955; Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo 1958; Campanha de Educação Popular 1962; Campanha Nacional de Educação Rural 1963; Campanha de Educação de adultos e adolescentes 1963, entre outras. As “campanhas” tinham um caráter emergencial e buscavam superar a morosidade da burocracia do Estado no que tange a estrutura, gerenciamento, alocação de verbas e o aparelhamento político partidário. Destaca-se que esse caráter emergencial não impossibilitou o prolongamento de várias campanhas, tendo por fim a sua incorporação a outras estruturas ou a sua elevação a categorias com caráter mais duradouro.

⁴⁴ O FISI – Fundo das Nações Unidas para a Infância foi a agência das Nações Unidas que teve como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades básicas e contribuir para o seu pleno desenvolvimento. Foi fundado em dezembro de 1946 e criado para ajudar as crianças que viviam na Europa e que sofreram com a Segunda Guerra Mundial. Em 1949, coube à Divisão de Proteção Social do Departamento Nacional da Criança elaborar o programa para a assistência do FISI no Brasil – o Plano DNCR/FISI. Seu programa original compreendia 7 partes: Nutrição; Medicamentos; Equipamentos de obras de proteção à maternidade e à infância; Vacinação; Conservação de leite em pó; Treinamento de pessoal auxiliar e Campanha Educativa.

equipe composta de Coordenadoras e Educadoras. As equipes, em geral, eram formadas por pessoal selecionado entre portadores de títulos que mais se ajustassem ao que iam realizar na Campanha (Brasil, Ministério da Saúde, 1960, p. 7).

O objetivo da Campanha Educativa do DNCr era o de formar uma mentalidade voltada para o bem-estar da criança, evitar a mortalidade infantil e materna, fortalecer a vida familiar, elevar o nível social e despertar e estimular o amor à terra. De acordo com o documento *Clube de Mães da Campanha Educativa* (Brasil, Ministério da Saúde, 1960, p. 5), a inclusão da campanha educativa nas ações do DNCr se justificava pelo reconhecimento de que o bem-estar da criança depende de sua situação global, tornando-se, por conseguinte, indispensável que, ao lado da assistência médica e alimentar, se cuidasse também de esclarecer as mães quanto aos cuidados da criança e se proporcionassem meios para melhorar as condições sociais das populações beneficiadas. Essa concepção de que o bem-estar da criança depende de sua *situação global*, que vai além da assistência médica e alimentar, já estava presente nas ações do DNCr durante os anos que antecederam a separação da saúde do antigo Ministério da Educação e Saúde, até 1953, e tem sua continuidade no Ministério da Saúde durante as décadas de 1950 e 1960. As ações educativas aparecem sempre como estratégias dos programas de saúde para a infância e a maternidade nesse período, mesmo depois da separação do Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios específicos para cada área.

Dois tipos de trabalho foram planejados para que a Campanha Educativa do DNCr atingisse sua finalidade: um voltado para toda a comunidade e outro, de âmbito mais restrito, que funcionaria junto a entidades de proteção à maternidade e à infância.

No primeiro, a Campanha Educativa se concretizava através da divulgação de preceitos de higiene, puericultura etc. e era realizada por equipes volantes devidamente aparelhadas. No segundo, a concretização das ações se dava através dos Clubes de Mães.

Ambas as ações baseavam-se nos seguintes fundamentos: 1 – Reconhecimento do direito que tem o ser humano de desfrutar condições de vida compatíveis com a sua natureza. Em linguagem de serviço social, respeito à dignidade humana. 2 – Reconhecimento da capacidade que tem o ser humano de

modificar-se, de aperfeiçoar-se, se lhe forem oferecidas oportunidades para isso. 3 – Reconhecimento de que o bem-estar da criança depende de sua situação global, que envolve aspectos morais, médicos, sanitários, econômicos e sociais. 4 – Reconhecimento de que somente através da família, e pelo fortalecimento desta, esse bem-estar pode ser assegurado. 5 – Reconhecimento de que todo programa que não for alicerçado em forças da própria comunidade onde atua será artificial, terá vida limitada e resultados duvidosos (Brasil, Ministério da Saúde, 1960, p. 6).

Além do próprio nome da Campanha, os seus fundamentos evidenciam sua conotação educativa, embora baseada na prática do Serviço Social. Como pode ser constatado no texto do documento do DNCR (idem), que assim consigna:

Pela modalidade do trabalho desenvolvido, a Campanha Educativa fundamenta-se, pois, na filosofia do Serviço Social e procura utilizar na execução de suas atividades os princípios técnicos de Serviço Social de Grupo e da Comunidade. Utiliza-se dos princípios do Serviço Social de Grupo porque o campo de realização social do homem é o grupo e o seu aperfeiçoamento só se realiza satisfatoriamente subordinado à adaptação ao meio (p. 6).

Por demandar equipamento adequado e vultosas somas de recursos, o primeiro tipo de trabalho demorou a ser concretizado e suas ações ficaram, muitas das vezes, atreladas às do Programa Clube de Mães, que foi a ação de maior importância da Campanha Educativa do DNCR.

4.6.1 Clube de Mães

O presidente Juscelino Kubitschek, em mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956, no item Ação do Estado no setor da saúde, assim escreve sobre o DNCR:

Mantiveram-se, em 1955, no mesmo ritmo de progresso, as atividades deste setor da administração pública, que tem a seu cargo a importante tarefa de orientar os trabalhos de proteção à maternidade e à infância.

Continuou o DNCR desenvolvendo sua campanha educativa, tendo introduzido um fator mais objetivo e dinâmico, nas suas atividades, com a

organização de Clubes de Mães, com estas finalidades: formar no país uma mentalidade voltada para o bem da criança; evitar a mortalidade materno-infantil; fortalecer a vida familiar; elevar o nível social e estimular a fixação do homem à terra (Kubitschek, 1956, p. 77).

Para JK a organização do Clube de Mães é o fator mais objetivo e dinâmico da Campanha Educativa do DNCR.

O Clube de Mães se revestia de características próprias, embora fundamentadas nas bases da Campanha Educativa. Destacam-se, entre outras, as atividades que visavam ministrar conhecimentos e habilidades novas, servindo como instrumento de valorização e de desenvolvimento da personalidade dos seus membros, e a participação ativa da comunidade e dos próprios membros do Clube no planejamento, organização e seu funcionamento (Brasil 1960, p. 7).

O Clube de Mães era compreendido como um instrumento básico de proteção à maternidade e à infância da Campanha Educativa do DNCR. Tinha por finalidade imediata garantir o melhor aproveitamento dos serviços médicos assistenciais oferecidos e, através da vida em grupo, desenvolver a personalidade das mães, com base no reconhecimento da capacidade que tem o indivíduo e o grupo de melhorarem e se aperfeiçoarem contribuindo com a melhoria das condições de vida.

Caracterizava-se como uma ação complementar que aproveitava os recursos locais existentes:

Uma das características do Clube de Mães da campanha Educativa é que o mesmo não deverá constituir uma entidade isolada, mas que funcione ao lado de instituições já existentes, como Postos de Puericultura, Maternidades, Associações de Proteção à Maternidade e à Infância, Obras Paróquias de Assistência ou outras, complementando os seus serviços de assistência à mãe e à criança (Brasil, 1960, p. 65).

Dos oito objetivos traçados pelo DNCR para o Clube de Mães, dois referiam-se diretamente à família: “despertar nas mães a consciência da responsabilidade social decorrente de sua missão como esposas e mães e orientá-las quanto aos direitos e deveres da família, relação dos seus membros entre si, união na defesa dos direitos da família”. Outros dois estavam diretamente ligados a questões da maternidade: “responsabilidade pelos cuidados pré-natais e levá-las a compreender as vantagens da freqüência regular ao Posto de Puericultura ou

outros serviços materno-infantis e suscitar-lhes o interesse pelos problemas da criança e da sua educação”. Os demais eram ligados à formação social daquelas mulheres: “incentivar-lhes o gosto pelo trabalho e indicar-lhes os meios de realizá-lo de maneira agradável e produtiva; proporcionar-lhes orientação na medida das suas necessidades, considerando casos de desajustamento, encaminhando-as aos Serviços Sociais existentes no Posto de Puericultura ou na Comunidade; estimulá-las à cooperação ativa, despertar-lhes a responsabilidade através do desenvolvimento de atividades práticas e da participação na diretoria dos Clubes, interessá-las pela promoção dos meios necessários à sua manutenção; facilitar-lhes o aproveitamento e criação de recursos sociais na Comunidade, de acordo com as necessidades individuais e coletivas” (idem, p. 8).

Pelos documentos encontrados sobre os Clubes de Mães nos arquivos do Ministério da Saúde, constata-se seu caráter de complementaridade a outras ações do Ministério da Saúde e articulação com outras entidades. A Campanha Educativa do DNCR se desenvolveu conseguindo manter entrosamento com várias outras instituições públicas e comunitárias, entre elas: Prefeituras, Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR, Bandeirantes, Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERu, Legião Brasileira de Assistência – LBA, Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, Serviço Social Rural – SSR, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, etc. (idem, p. 14).

Através das suas representações estaduais,⁴⁵ utilizando-se de documentos e treinamentos, o DNCR procurava orientar a implantação dos Clubes de Mães na perspectiva de um trabalho educativo comunitário. Sendo a Campanha Educativa orientada pelos princípios e pelas técnicas do Serviço Social, considerava-se indispensável que houvesse receptividade da população com relação ao programa, o que implicaria na participação ativa na execução das suas atividades.

O ponto de partida era a mobilização da comunidade e a conseqüente participação. O Clube de Mães contava com a participação ativa da comunidade, que através do seu envolvimento daria apoio “não só moral, mas também material e financeiro que o Clube receberá das pessoas do lugar, como também as suas

⁴⁵ O DNCR possuía sete Delegacias Federais da Criança: 1ª Região em Belém; 2ª Região em Fortaleza; 3ª Região em Recife; 4ª Região em Salvador; 5ª Região em São Paulo; 6ª Região em Porto Alegre e 7ª Região em Belo Horizonte.

atividades assumirão características mais regionais e se constatará melhor desenvolvimento das diversas partes do programa” (idem, p. 9).

O Clube deveria funcionar de preferência junto a obras de proteção à maternidade e à infância, sendo considerado como um complemento educativo da referida entidade. Por esse posicionamento evidencia-se a concepção do DNCr de que as obras de proteção às mães e às crianças eram vistas como educativas e que o Clube de Mães tinha uma função complementar.

O DNCr oferecia um auxílio financeiro para a manutenção do Clube, mas este deveria contar com a colaboração da comunidade, dos seus órgãos oficiais e municipais, de associações de classe e de particulares. “Essa base econômica dependerá em grande parte, como decorrência natural, do grau de receptividade e interesse que o programa tiver conquistado no meio comunitário” (idem, p. 11).

Para implantar um Clube de Mães era necessário um mínimo de 8 sócias. A programação do Clube era desenvolvida através de atividades educativas e recreativas, as quais eram planejadas em conjunto com as próprias sócias para que viessem a satisfazer suas necessidades, mantendo-as, assim, no grupo através da motivação:

... auscultar as pulsações da comunidade, descobrindo suas necessidades, possibilidades e receptividade oferecidas à organização do Clube de Mães. Nunca expressar opiniões referentes à comunidade antes de ouvir o que dizem sobre sua cidade e sobre si mesmos (p. 12).

Na perspectiva de uma educação comunitária que respeitasse a população das comunidades locais antes de instalar um Clube de Mães, a orientação era fazer um estudo do meio. A ênfase dada era conhecer a comunidade, suas necessidades e recursos existentes, observar a cultura local nas múltiplas variações e grau de receptividade e incentivar o povo para o trabalho.

Ainda nesse sentido, ressalta-se a afirmação constante no documento do DNCr de que “não é necessário ao povo ser bastante instruído para poder participar conscientemente nas discussões comunitárias” (idem, p. 14).

A idéia força que merece destaque era a de que o Clube de Mães *será delas e não para elas* (idem, p. 20). Reforçava-se a visão de que as mães teriam a oportunidade de realizar coisas que desejassem e que “sozinhas não podem levar a efeito, mas que a colaboração mútua lhes vai proporcionar, o ensejo de trocar de

experiências e de adquirirem novos conhecimentos e habilidades” (idem, p. 19).

A Igreja Católica, talvez, tenha sido a maior parceira do DNCr no programa do Clube de Mães em muitos estados e municípios. Isso fica exposto nos relatórios que o DNCr recebia dos Clubes, descrevendo a situação local e o envolvimento de órgão nas ações do programa desde sua implantação, como aparece no relatório a seguir, ao tratar do contexto de uma cidade que, após a mobilização dos técnicos do Ministério da Saúde através da sua Delegacia Regional, planejava a implantação de um Clube de Mães:

... No setor educacional, dispõe de um Colégio para moças, dirigido por irmãs, e, para rapazes, um pertencente à Paróquia, que, apesar de ainda não concluído, já está em funcionamento. O ensino primário é ministrado através de uma escola paroquial.

A situação médico-assistencial é precária, pois havendo fechado o Posto de Puericultura, a classe pobre conta apenas, neste setor, com uma farmácia-ambulatório e três lactários, localizados em diversos pontos da cidade.

A Igreja constitui o centro de interesse do lugar e as atividades religiosas resumem a vida da cidade, cujo progresso, parece haver paralisado há dezenas de anos. Seus habitantes, embora se revelem conservadores, sem podermos deduzir se, por conformismo, displicência ou comodismo, demonstram uma boa vontade a toda prova e estão prontos a colaborar com as iniciativas do Padre, que atua na comunidade como verdadeiro líder. Graças ao seu espírito empreendedor, estão se mantendo as instituições que citamos acima e outras vão surgindo.

Tendo em vista todas estas considerações, podemos concluir que a criação de um Clube de Mães em cidade desta natureza só poderá trazer benefícios incalculáveis às classes menos favorecidas e mais abastadas do lugar.

A primeira, através da assistência material e educacional ali dispensada e a segunda, estimulando sua participação em empreendimentos que visem o progresso local. Vale ressaltar o fato de que a cidade acima mencionada, a fase de preparação foi executada pelo vigário local, que recebera, anteriormente, em entrevistas na Sede da Campanha educativa, orientação devida (idem, p. 23).

No texto anterior aparecem elementos que podem ser esclarecedores sobre os Clubes de Mães como uma proposta de educação comunitária e desenvolvimento local do DNCr. Em primeiro lugar, a importância da Igreja na

operacionalização do Programa. O DNCr recrutava párocos como líderes comunitários capazes de implementar os Clubes em suas paróquias. Nota-se pelo relato que a Igreja constitui o centro de interesse local da cidade em questão, situação muito comum à época. A descrição citada registra a precariedade do atendimento médico-assistencial na cidade, outro lugar comum naquele momento da história brasileira. Pode-se inferir que as classes menos favorecidas ocupavam o lugar de beneficiárias dos Clubes de Mães e as classes mais abastadas eram conclamadas a participar na perspectiva da sua contribuição com o progresso local. Na breve análise que é feita no relatório sobre o progresso da cidade, constata-se que este está paralisado há anos. Ressalta-se, todavia, a boa vontade a toda prova da população que, embora conservadora, conformista, displicente ou comodista por vezes, em conformidade com o texto, se colocava apta a criar um Clube de Mães com o apoio do pároco da cidade.

Diferentemente do que o DNCr propunha para as creches, nos Clubes de Mães da Campanha Educativa estava prevista a participação de voluntários⁴⁶. Eram considerados voluntários todos os que direta ou indiretamente se prontificavam a colaborar, que contribuíam ou financeiramente para a manutenção do Clube ou prestigiavam o trabalho, com apoio moral, estimulavam e incentivavam sua continuidade, participando das festividades ou outras realizações. Eram elementos que se responsabilizavam pela continuidade do trabalho:

Tanto nas cidades, onde as autoridades colaboram, como nas outras em que se lança mão de pequenos grupos, a técnica visa ao recrutamento de voluntários, interessados pelo Clube de Mães e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento de sua cidade, estabelecendo-se o inter-relacionamento de grupos, organizando-se comissões de representantes dos diversos grupos da comunidade, o que denominamos de Comissão Patrocinadora (p. 18).

Há nesse trecho do documento (Brasil, Ministério da Educação e Cultura, 1960), além da instituição do voluntariado como uma técnica, uma correlação entre esse voluntariado e o desenvolvimento da cidade, o que qualifica a participação no trabalho junto às mães como uma questão de desenvolvimento local.

⁴⁶ O DNCr em 1956, através do livro „Creches Organização e Funcionamento„, propõe uma equipe de profissionais para trabalhar nas creches (médico, enfermeira, assistente social entre outros).

Os voluntários eram orientados e treinados pelos técnicos da Campanha Educativa, que visava “principalmente à formação de uma mentalidade social, baseada no reconhecimento das possibilidades humanas e no maior desenvolvimento das comunidades” (p. 51).

Os Clubes de Mães do interior recebiam visitas de supervisão, feitas por uma técnica da capital que era chamada de educadora. A frequência das supervisões era determinada pelas necessidades ou situações de cada clube. Nas viagens, a educadora realizava reuniões com as sócias beneficiadas, Comissão Patrocinadora e colaboradores. Nestas visitas de supervisão a educadora aproveitava para visitar sócias puérperas.

Havia no DNCr a seguinte estrutura hierárquica para a Campanha Educativa que comportava os Clubes de Mães: Supervisão Geral, Coordenação Regional, Coordenação Estadual, Equipes de Educadoras, Voluntários e Sócias (p. 42). Para o cargo de Supervisão Geral, Coordenadoras Regionais e Estaduais o DNCr exigia o título de Assistente Social. Eram requisitos indispensáveis à natureza do trabalho: a boa saúde, idoneidade moral, possibilidade de viajar constantemente, facilidade de relacionamento e adaptação ao meio, equilíbrio emocional, preparo intelectual – um mínimo de cultura geral, capacidade de falar em público, boa redação e otimismo. As candidatas passavam por um estágio que consistia em visitas aos Clubes de Mães; somente depois faziam uma prova de seleção e uma entrevista para avaliação. Não há registro nos documentos encontrados sobre quem eram as Educadoras, mas pelos relatórios dessas técnicas supõe-se que eram Assistentes Sociais e/ou Enfermeiras. Toda a equipe, desde o nível nacional até os voluntários dos Clubes de Mães, era treinada e orientada pelos técnicos do DNCr.

O trabalho desenvolvido pelos muitos clubes implantados pelo país consistia em atividades variadas, tornando-se um centro de interesse das sócias.

Em reuniões semanais, atraídas por atividades de seu interesse imediato, como corte e costura, arte culinária etc., as sócias dos clubes recebiam noções de Puericultura, Higiene, Educação sanitária, Alimentação, Economia doméstica, Atividades rurais (horticultura, avicultura, criação de pequenos animais), Recreação; socializavam-se; exerciam o espírito de iniciativa; tomavam consciência de seus deveres e direitos; em suma, desenvolviam suas potencialidades, alargavam suas possibilidades (Lima Jr., 1962, p. 17).

De acordo com as possibilidades e circunstâncias locais, o programa compreendia três partes: Educativa, Recreativa e Orientação, divididas em dois planos: teórico e prático constantes de (idem, p. 38):

- 1- Puericultura
- 2- Higiene
- 3- Alimentação
- 4- Economia doméstica
- 5- Horticultura
- 6- Avicultura
- 7- Educação familiar, social e cívica
- 8- Recreação

Nos anos 1960 essas atividades foram agrupadas em: práticas médico-higiênicas, práticas educativas e práticas sociais.

Os Clubes de Mães da Campanha Educativa do DNCr se espalharam por todo o país no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 e funcionaram em colaboração com os estados através das Delegacias Regionais do DNCr. Nas capitais dos estados surgiu o maior número de clubes. Cada clube contava com uma estrutura mínima estabelecida pelo DNCr, que exigia receptividade da comunidade em relação ao Programa; uma sede, local adequado com o equipamento necessário para o bom desenvolvimento do trabalho; um número mínimo de sócias para que fosse organizado o clube; e a participação das associadas no planejamento (idem, pp. 9-10). Dava-se ênfase às atividades desenvolvidas como resposta a desejos e necessidades das sócias. Era considerada imprescindível na organização a existência de um elemento dirigente capaz de conduzir o grupo e orientá-lo, liderando-o de maneira mais democrática possível. Os clubes contavam com fichas individuais com dados pessoais e da família de cada sócia, dando visão geral de sua situação sócio-econômica; fichas de chamada destinadas a documentar a frequência das sócias em cada reunião; mapas diários com dados referentes ao movimento de cada reunião: sócias presentes, novas admissões, cancelamentos, total de matrículas e atividades desenvolvidas no dia; livro caixa com o movimento financeiro do clube; relatórios mensais, todos os clubes remetiam às Sedes da Campanha em cada estado relatório mensal baseado nos apontamentos dos mapas diários, que além da parte estatística continha anotações sobre dificuldades e sugestões apresentadas pela dirigente do clube, submetidas à consideração da coordenação estadual (idem, pp. 30-31).

Com este programa o DNCr e a sua Divisão de Proteção Social (DPS), órgãos do Ministério da Saúde, fizeram funcionar uma verdadeira rede – Campanha Educativa do DNCr, que articulava as Coordenadorias Estaduais, Delegacias Regionais e os Clubes de Mães. A Campanha, utilizando-se da estrutura do Ministério, teve sedes nos estados e nas Delegacias Regionais. No final de 1965 o DNCr havia implantado 950 Clubes de Mães e contabilizava 22.946 mães matriculadas (BRASIL. Ministério da Saúde, 1965, p. 26).

Em 1967, o Departamento Nacional da Criança — DNCr — realizou, no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso Interamericano de Educação Pré-Escolar, do qual retirou as idéias necessárias para elaboração do Plano de Assistência ao Pré-Escolar, documento que apresentou propostas de educação em massa de crianças e que irá marcar as diretrizes elaboradas pelo MEC durante as décadas de 1970 e 1980 para a educação pré-escolar (Rosemberg, 1992 c).

4.7

Instituição escolar é uma coisa. Pré-escolar será outra

A Revista Brasileira de Estudos pedagógicos do INEP, V. XXXVIII, n.38 de 1962 publica na íntegra a palestra proferida pelo professor Lourenço Filho no encerramento da “Semana de Estudos em preparação à 9ª Assembléia Geral da OMEP”, realizada no Instituto de Educação de Belo Horizonte, em maio daquele ano. Desta Semana de estudos participaram “einentes administradores, sábios pesquisadores do comportamento infantil e didatas tão pacientes como amorosos do seu trabalho” (p.2).

A questão que é levantada pelo palestrante neste encerramento trata da relação dos jardins de infância e a organização escolar. “Devemos examinar as instituições pré-escolares e, em especial, os jardins de infância nos quadros da organização escolar corrente”.

Sua fala é didática, objetiva e esclarecedora. “Pré-escolar” significa o que antecede à escola, o que está antes dela. “Escolar” não será preciso dizê-lo, refere-se às escolas, tais como temos, às instituições que assim usualmente designamos.

Lourenço Filho afirma que *ainda que da partícula pré não resulte completa antinomia lógica, não se poderá deixar de reconhecer que, no caso, ela*

estabelece uma distinção muito nítida entre as duas expressões. Essa distinção existe em todas as línguas, influyendo na sistemática pedagogia universal. “Instituição escolar é uma coisa. Pré-escolar será outra”.

A palestra se desenvolve abordando temas que foram ventilados pelos diferentes palestrantes ao longo da reunião de estudos desenvolvida naquela semana. O primeiro tema retomado é de ordem histórica. Refere-se à evolução das práticas educativas e a própria concepção geral do processo da educação. Resume o palestrante que *ao se desenvolverem os sistemas de ensino públicos no final do século XVIII e no decorrer do século XIX, o nome escola passou a ser utilizado para designar o que hoje chamamos de “escola pública primária”.* Para as crianças, em geral, a partir dos 7 anos. Isto se justifica por que nesta idade, segundo o palestrante, *as crianças podem ir e vir sozinhas; dispõem de certa maturidade média para aprender a ler e escrever; de vocabulário de razoável extensão; de certo nível mental e estabilidade emocional, reclamando pelo trabalho coletivo das classes de ensino.* “A idade da razão”, também denominada de “segunda infância”, corresponderia o dever da “obrigatoriedade escolar”. Idade da maturidade didática, correlativa ao dever dos pais de enviarem a criança à escola. Tudo que fosse anterior aos 7 anos viria a ser *ante-escolar* ou *pré-escolar*.

Na escola ministra-se ensino, graduado e sistemático, suscetível de ser verificado por certo rendimento médio. *A aquisição da leitura, escrita e cálculo, era, sobretudo, aferido pelo aspecto intelectual, senão mesmo pelas formas verbais que assume.* Em resumo em sua fala Lourenço Filho deixa claro que “escola significa obrigação dos pais e trabalho das crianças”. Chama atenção, no entanto, que na sua origem a palavra grega escola não sugeria tais idéias, mas precisamente, ao contrário. “*Escola* queria dizer ócio, distração, ocupação livre e desinteressada”. Só freqüentavam as escolas as crianças que não trabalhavam em suas casa ou nos campos. Com a obrigação escolar houve uma inversão do sentido. Associa-se a palavra escola à idéia de disciplina, tanto no sentido de objeto ou matéria de ensino, quanto de infração às regras da vida escolar, o que leva aos castigos. Ao citar o provérbio: “Quem dá o pão, dá o ensino”, mostra que neste a palavra ensino significa o direito de castigar. E neste sentido comenta que a “escola de jogo”, holandesa de 1770, recorre a essa nomenclatura para falar da “escola de brincar”, o que seria etimologicamente redundante se não fosse o caminho que o termo escola tomou. Meio século depois Froebel, na Alemanha iria

mudar tal denominação inventando a palavra *Kindergarten*. Uma nova frutuosa idéia – a vida infantil passa a ser compreendida como processo de desenvolvimento – desenvolvimento a ser respeitado em suas formas naturais como as plantas num horto ou jardim. “O mandamento central da pedagogia moderna, o de reverência e respeito pela personalidade dos educandos, surgiu dessa atitude”. O palestrante faz o público ver como Froebel, ao pensar o seu jardim de crianças, mas do que desejar que fosse apenas um ambiente propício ao desenvolvimento infantil, desejava que essa instituição exercesse influência esclarecedora sobre as mães e as moças que se preparassem para o matrimônio. “O meio prático que com esse intuito ideou foi a criação de *associações de mães*, para fins de difusão das novas idéias por toda parte” (p.9). Como conseqüências das proposições de Froebel têm-se o desenvolvimento de estudos objetivos da infância e a criação de uma *pedagogia familiar*, “primeira expressão definida de uma compreensão social da tarefa de educar” (P.10).

Lourenço Filho refere-se às instituições de educação para as crianças antes da idade da escola obrigatória:

No sentido educativo geral, havia pois de fazer-se alguma coisa com, anterioridade à escola, à idade escolar, que se iniciava aos 7 anos. Além dos jardins, normalmente, destinados às crianças de 4 a 6 anos, juntaram-se mais tarde, para as de 3 e 4 anos, as casas maternas, e, ainda e também, onde se tornassem necessárias, as pupileiras, para crianças ainda menores (Idem).

Em sua opinião a extensão da educação pré-escolar não decorreria simplesmente da evolução de idéias sobre a criança e sua formação, mas de prementes transformações da vida social. O trabalho nas fábricas que levava as mães a se ausentarem do lar foi quem forçou esse movimento. O desenvolvimento industrial passava a criar transformações aos tipos de habitação e no ambiente doméstico. Primeiro com as casas de vila e depois com os apartamentos.

Mas para o palestrante o ideal para a criança é o lar constituído de uma casa com quintal e a presença constante dos cuidados maternos pela delicada relação mãe-filho. Esse posicionamento é extremamente forte durante a sua fala. Insiste que não se pode ter dúvidas: a melhor educação pré-escolar é a de uma família bem constituída, em lar dotado das condições indispensáveis a um equilibrado desenvolvimento inicial da vida infantil. Diante da atual

impossibilidade de isto acontecer no mundo atual, Lourenço Filho diz: “será preciso que a tudo isto se remedeie com a multiplicação de instituições adequadas de educação dos pré-escolares” (Idem).

Há, em sua opinião, necessidade de locais adequados, de pessoal capaz e habilitado. “De meios e recursos que recomendem as instituições pré-escolares para a missão *substitutiva, grave e séria*, que têm de desempenhar em face de certas condições educativas que aos lares dantes não faltavam” (p.11).

Esses pontos constituem um problema de organização que preocupa educadores de vários países. E neste sentido instituições não só nacionais, mas internacionais, vieram a ser criadas para o estudo da matéria. *Entre essas últimas, destaca-se a ‘Organização Mundial de Educação Pré-escolar’, que aqui nos reúne. Seus congressos, encontros de especialistas, semanas de estudos, têm sido, e são como agora vemos, dos mais frutuosos.* Para o palestrante essas reuniões visam dois fins: *primeiro, desenvolver as delicadas técnicas de uma reta formação das crianças antes que atinjam à idade escolar; depois, estimular nos políticos e administradores a consciência da importância e gravidade do problema, sobretudo nas cidades industriais, mas também nos núcleos urbanos em geral, onde as condições de habitação, as mudanças da vida familiar e outras circunstâncias, forçam a certo abandono educativo das crianças menores.* E coloca a questão:

Até que ponto, por boa organização, as instituições pré-escolares poderão atender a tais deficiências, que reclamem solução?

Este é o repto, diz o Lourenço, que a vida tecnológica de hoje lança a políticos, administradores escolares, pensadores sociais e administradores em geral. Para ele a resposta a esse desafio é a “organização”. E organizar prende-se a instrumentar. Instrumentar compreende bem relacionar meios e fins. O que o leva a dizer que “nenhuma boa organização chega a existir sem que se refira a finalidades bem determinadas. Que se deve desejar? Eis a primeira questão. Que se deve fazer para isso? Eis a segunda questão” (p.12).

A primeira questão é descrita pelo palestrante da seguinte forma: o que é que se deve pretender com as instituições de educação pré-escolar? A questão envolve aspectos diversos entre eles um que foi amplamente abordado nesta semana: a feição empobrecida do ambiente familiar de hoje, por motivos principalmente sócio-econômicos, mas outros também, sombrios como esses, ou

mais melancólicos que eles. E para exemplificar faz referência a um anúncio que fora publicado num dos jornais do Rio de Janeiro, no dia em que ele escrevia a sua palestra. Que para ser fiel a fala do palestrante naquela ocasião transcrevo a seguir.

No dia em que escrevemos estas notas e reflexões, um dos jornais do Rio de Janeiro publica um anúncio com o título “Escola maternal”. Eis alguns dizeres: “Vá tranqüila a seu cabeleireiro, ou às suas diversões, deixando seus filhos pequenos no endereço tal. Preço por mês tanto. Por dia tanto. Por hora tanto... Para apanhar a criança em casa e reconduzi-la, mais tanto...”

A forma de incitamento aos cuidados maternos não é no anúncio a excelência; da educação que essa chamada escola maternal possa dispensar. Esse seria o segundo aspecto a argüir. De fato, há crianças de lares perfeitamente organizados, as quais carecem, no entanto, de maior convívio com outras crianças, com a natureza, com um ambiente mais amplo do que disponham em seus reduzidos apartamentos. No caso do anúncio, não se trata propriamente de instituições educativas, nesse sentido. Trata-se de uma casa “de guarda”, título, aliás, oficializado por instituições de alguns países. A que nem mesmo tem escapado a França, com as suas classes gardiennes. Mas essas classes destinam-se a crianças de mães que deixam o lar para o seu trabalho, não para os institutos de beleza e diversões.

E prossegue sua palestra dizendo que o Bureau Internacional de Educação havia realizado um estudo especializado sobre a educação pré-escolar em 43 países. E nesse trabalho pode-se ler que é difícil separar o que na pré-escola se relaciona com a proteção das crianças, para fins de higiene social, e as preocupações propriamente pedagógicas. O documento do Bureau diz que essa é a razão que justifica, em vários países, a subordinação das instituições pré-escolares a outros órgãos administrativos que não os da educação. Lourenço fala que há casos em que as instituições dependem da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social, ou outros países em que são entregues a agremiações particulares de assistência.

Mas para ele, os jardins de infância, bem como as classes de programa similar, anexas a escolas primárias, são geralmente regulados pela legislação do ensino e administrados pelos ministérios da Educação, diretamente ou através de repartições regionais. Essa circunstância tem concorrido para difundir uma denominação relativamente nova, na opinião de Lourenço, a de *educação pré-primária*, ou como ele afirma, com menor propriedade, a de *ensino pré-primário*.

(p.13). A seguir menciona a LDB⁴⁷, recém aprovada no Brasil, que adota a expressão educação pré-primária. Essa aparece na lei no título dedicado a educação primária. “um pequeno capítulo, de dois artigos apenas, aí se consagra à educação pré-primária, definida como a que se ministra nas escolas maternas e nos jardins de infância” (Idem). E uma norma de ordem muito geral regula o assunto, no artigo 24. *“As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de 7 anos, são estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária”*.

Lourenço Filho fala em sua palestra que os princípios dessa lei podem e devem ser completados pela legislação dos Estados. E lastima que no capítulo que trata da formação do magistério, não haja a menor referencia à formação de mestras especializadas, ou professoras jardineiras. Se os estados não legislarem sobre o assunto ficaremos numa situação muito delicada. “Será preciso... que uma ação social mais ativa se exerça, sobretudo nos núcleos urbanos mais densos, em que a educação pré-escolar aparece como remédio social a muitos males.

O discurso enfatiza esta posição de educação pré-escolar como panacéia que solucionará muitos males.

Na palestra Lourenço Filho ainda aborda questões relacionadas a cursos de formação de professores para a educação pré-primária, no item *a formação das mestras* (p.17); programas e técnicas para a educação de pré-escolares com o objetivo de servir como transição entre a família e a escola (p.14). Sua fala é permeada de exemplos retirados de experiência realizadas em outros países, como Lituânia, Chile, Suécia, Estados Unidos, Holanda entre outros. E por fim diz que “o papel dos educadores, qualquer que seja o campo de seu trabalho, é pregar, crer e esperar. A pregação desta Semana está por concluir-se, com os mais auspiciosos resultados. Que todos agora nos unamos, crendo e esperando sempre” (p.20).

⁴⁷ A referência é a Lei 4.024/61.